



Corrente Sindical do Partido Operário Revolucionário

Membro do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Mais informações e contato: ☎ (11) 95446-2020

por@pormassas.org - fb.com/massas.por - pormassas.org

Não aos cortes na Educação! Ocupar as ruas no dia 9 de Junho!

Em defesa do ensino público, gratuito, laico, para todos e em todos os níveis, e vinculado à produção social! Combater o ensino privado, lutando pela expropriação de toda a rede particular de ensino, sem indenização, sob o controle dos estudantes e dos trabalhadores! Que as entidades estudantis, sindicatos, centrais e movimentos ergam os comitês de luta unificados, convoquem as assembleias presenciais, para organizar a resistência coletiva! Por um dia Nacional de Luta, como preparação para uma greve geral no país!

A UNE (União Nacional dos Estudantes) está convocando manifestações em algumas cidades do país para o dia 9 de Junho. O objetivo inicial era protestar contra a PEC 206/19, que pretende cobrar mensalidades nas universidades públicas. Acontece que a Proposta foi arquivada, mediante um acordo entre os parlamentares da oposição e os governistas. A questão não deve ser retomada neste ano, pelo menos. Ainda assim, a convocatória foi mantida pela direção da UNE, tendo em vista que, quase simultaneamente, o governo anunciou um enorme corte no chamado “orçamento discricionário”, bloqueando 14,5% da verba do MEC destinada ao custeio de universidades e institutos federais, o que equivale a uma cifra na ordem de R\$ 3,23 bilhões. Dias depois, o governo anunciou que reduziria o corte para 7,2% das verbas (R\$1,6 bilhão), recuando, ao mesmo tempo do limitado reajuste de 5% ao funcionalismo. O corte atinge bolsas e auxílios para assistência estudantil, além da manutenção das instituições, incluindo aspectos como segurança, água, manutenção, telefone etc.

O corte orçamentário se insere em um quadro mais amplo de ataques à Educação pública, principalmente desde a aprovação da reforma do ensino médio/BNCC, passando pelo avanço da privatização, da terceirização e da militarização. Tem se aprofundado o sucateamento do

ensino, assim como tem se fortalecido o obscurantismo e o elitismo – haja vista a aprovação do *homeschooling* (ensino domiciliar) na Câmara dos Deputados, medida claramente elitista e adaptada à pressão religiosa. Os ataques atingem desde a Educação Infantil, até o Ensino Superior. Não por acaso, os sindicatos do funcionalismo municipal de São Paulo estão convocando uma manifestação para o mesmo dia que a UNE (9 de Junho) – embora sem a participação do mais expressivo sindicato, o SINPEEM (da Educação), que permanece com uma política corporativista e aparelhista, e segue atrasando a resistência coletiva dos trabalhadores. O prefeito Ricardo Nunes (MDB), logo após ter imposto uma nova reforma previdenciária, quando aprovou também pontos da contrarreforma administrativa, está articulando, agora, uma nova rodada de ataques, cujo eixo será uma “reestruturação da carreira” – leia-se destruição de direitos e substituição dos salários pelo regime de subsídios (que levará à perda de quinquênios, sexta-parte e outras conquistas históricas).

A Educação vem sendo golpeada enquanto o conjunto dos trabalhadores, por sua vez, em particular a classe operária, sofre com o fechamento de fábricas, com as demissões, a retirada de direitos e o arrocho salarial, justamente em um momento de alta do preço dos alimentos e pro-

dutos básicos. A aplicação das contrarreformas da previdência e trabalhista piorou significativamente a vida das massas, eliminando pontos elementares da legislação de defesa dos trabalhadores. Por toda a parte, a barbárie avança a passos largos, com o crescimento da quantidade de pessoas vivendo nas ruas, com o recrudescimento da violência, especialmente a violência policial nos bairros operários, além da fome, das doenças e toda sorte de desgraça. Trata-se de um quadro extremamente difícil para os explorados, agravado pela guerra na Ucrânia, que além de promover uma ampla matança e destruição, atinge duramente a economia mundial, com as sanções impostas à Rússia e outras medidas semelhantes.

Em cada um desses ataques, dos cortes no orçamento da Educação brasileira até a guerra na Ucrânia, pode-se encontrar a participação do imperialismo, principalmente o estadunidense. A crise do capitalismo impõe à burguesia uma política de pilhagem, seja das riquezas naturais dos países mais débeis, seja dos salários e direitos dos trabalhadores. O endividamento dos países é utilizado como mecanismo para saquear e subordinar as economias das semicolônias. Está aí o elo que interliga todas as questões mencionadas acima. A PEC 206/19, por exemplo, não passa de uma aplicação do receituário ditado pelo Banco Mundial, ao lado de vários outros itens ainda não solucionados, como o corte de verbas da assistência estudantil (exatamente como se pode ver nos últimos cortes orçamentários), a venda de serviços, como cursos de curta duração, consultorias e pesquisas, mediados por fundações de direito privado etc. O fato de as forças produtivas, altamente desenvolvidas, se encontrarem em contradição com as relações de produção monopolistas e com as fronteiras nacionais indica que o capitalismo não pode oferecer nada, além da desagregação e da destruição generalizadas. A única saída para o grande capital é a destruição de forças produtivas, ou seja, o fechamento de fábricas, destruição de postos de trabalho, eliminação de vidas humanas, devastação de cidades inteiras pelo vigoroso aparato bélico etc.

Está aí demonstrada, de forma categórica, a necessidade de superar o modo de produção capitalista e retomar o caminho aberto pelas revoluções proletárias, caminho de transição do capi-

talismo para o socialismo. Somente a revolução proletária, com a expropriação revolucionária da burguesia, pode libertar as forças produtivas da camisa de força da propriedade privada dos meios de produção. Essa linha estratégica geral, válida para toda uma época histórica, porém, deve passar pela mobilização das massas ao redor de suas necessidades mais concretas, mais elementares. O que inclui organizar os estudantes e o funcionalismo público, tomando as ruas no dia 9 de Junho, como ponto de partida de uma jornada de lutas em defesa da Educação pública.

A vanguarda com consciência de classe tem o dever de explicar o vínculo da guerra na Ucrânia com a decomposição do capitalismo e com o salto dado à frente pela retirada de direitos, destruição dos serviços públicos, desemprego, pobreza, miséria e fome. Deve fortalecer a campanha internacional do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) pelo fim da guerra, sob as bandeiras de desmantelamento da OTAN, das bases militares norte-americanas, revogação das sanções econômico-financeiras contra a Rússia, autodeterminação, integralidade territorial e retirada das tropas russas da Ucrânia.

O Partido Operário Revolucionário defende que sejam erguidos os comitês de base e sejam convocadas as assembleias em cada bairro, escola, universidade etc., para que possamos aprovar uma linha política verdadeiramente classista, com a defesa da expropriação da rede privada de ensino, sem indenização, e constituição de um único sistema público, gratuito, científico e controlado pelos que estudam e trabalham. Luta que deve ser combinada com a defesa da vida dos explorados, empregando o método da ação direta. As entidades estudantis, os sindicatos, centrais e movimentos sociais devem convocar urgentemente um Dia Nacional de Luta, como preparação para uma poderosa greve geral. É preciso fortalecer e generalizar as greves que estão despontando na base das instituições federais de ensino. Em dez estados, seções sindicais do Sinasefe, ANDES-SN e FASUBRA deflagram greve. A luta não pode ser corporativa, deve abarcar as bandeiras contra as privatizações em geral (Petrobras, Eletrobrás, Correios, BB, Caixa, Metrô etc.), além da necessidade de organizar os explorados na luta pelo fim da guerra na Ucrânia.